

INSTITUTO PORTUGUÊS DA CONJUNTURA ESTRATÉGICA

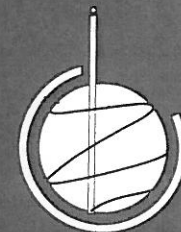
# ESTRATÉGIA

Coordenação  
de  
Adriano Moreira  
e  
Pinto Ramalho

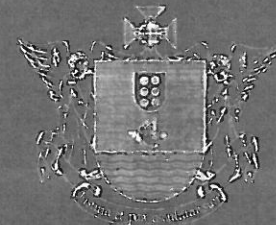
VOLUME XIX



M.D.N.



I.P.C.E.



I.D.J.C.



A.I.C.P.

ESTRATÉGIA

VOLUME XIX

L I S B O A  
2 0 1 0

L I S B O A  
2 0 1 0

*AS DINÂMICAS DO RELACIONAMENTO SINO-AMERICANO  
COMO GARANTIA DA ESTABILIDADE NA ÁSIA*

*Carmen Amado Mendes  
e Sofia Gaspar*

AS DINÂMICAS DO RELACIONAMENTO SINO-AMERICANO  
COMO GARANTIA DA ESTABILIDADE NA ÁSIA

Carmen Amado Mendes  
e Sofia Gaspar\*

O relacionamento entre a República Popular da China (RPC) e os Estados Unidos da América (EUA) representa a mais complexa relação bilateral da actualidade. Na Ásia, região fundamental para os interesses nacionais das duas potências, a performance e o crescimento económico e militar chinês desafiam tanto o *status quo* como os objectivos estratégicos norte-americanos (Ross, 2005: 2). Este artigo analisa de que forma o relacionamento RPC-EUA tem contribuído para a estabilidade<sup>1</sup> da Ásia Oriental, usando o conflito no Estreito de Taiwan como estudo de caso. Para tal, considera as linhas de argumentação de duas correntes teóricas: uma de pendor realista, defendendo que a relação bilateral em análise possui um grande potencial de conflito (Mearsheimer, 2005; Xiang, 2001) e outra mais moderada, firmada num enquadramento institucionalista, que advoga que no seu relacionamento os EUA e a China são simultaneamente competidores e parceiros (Roy, 2003; Shambaugh, 2001; Mistral, 2006; Sutter, 2005; Ward, 2003).

Jonh Mearsheimer prevê explicitamente que a China e os Estados Unidos se envolverão numa competição securitária bastante intensa, com bastante potencial para a guerra. O autor assenta o seu argumento em pressupostos realistas, tirando da história da construção da hegemonia dos EUA no continente americano as lições para provar que a China seguirá o mesmo percurso para alcançar a hegemonia na Ásia. Assim como os EUA no século XIX afastaram os europeus da sua zona de influência, a China enveredará pelo mesmo percurso, encetando esforços para acabar com a influência norte-americana na sua vizinhança. Não obstante, os EUA estão muito empenhados em permanecer a única superpotência mundial e de tudo farão para conter esta ascensão chinesa (2004: 1-4). No mesmo alinha-

---

\* Carmen Amado Mendes: Doutora pela School of Oriental and African Studies, Universidade de Londres e Professora Auxiliar da Licenciatura e do Mestrado em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Sofia Gaspar: Mestre em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

<sup>1</sup> Por estabilidade entendemos a manutenção do *status quo* de forma não violenta.

mento, Lanxin Xiang defende que as duas potências facilmente se poderão envolver numa confrontação militar (2001: 10; 20).

A análise feita por estes autores é algo enviesada pois apenas leva em linha de conta as divergências que opõem estes dois actores do Sistema Internacional. De facto, as dinâmicas de cooperação e convergência destes dois Estados têm constituído uma fonte de grande interdependência entre ambos. Esta interdependência faz com que os custos de um confronto directo entre os EUA e a China sejam avultados e ambos entendem que, neste contexto, o saldo de uma confrontação será negativo. A análise de Xiang, em particular, é demasiado generalista ao fazer a analogia entre a China actual e a Inglaterra do século XIX: primeiro porque a Inglaterra na época era a potência hegemónica e a RPC não ocupa (ainda) esse lugar; segundo, porque Pequim não é isento de comportamentos mais assertivos, nomeadamente através de uma retórica anti-americana, onde os líderes chineses defendem a alteração do *status quo* em favor de uma ordem internacional que privilegia o multipolarismo em detrimento do unipolarismo norte-americano.

A segunda linha de argumentação assenta em pressupostos mais moderados, com um pendor institucionalista, afirmando que a relação dos Estados Unidos e da China é baseada em competição mas também em cooperação. Assim, Robert Sutter argumenta que os EUA são determinantes na definição de uma abordagem moderada da China para com a sua vizinhança próxima, já que esta insiste que não alcançará o seu desenvolvimento e modernização através de uma postura de confronto e conflito, ao contrário do que fizeram outras potências emergentes na história. Além disso, a República Popular da China tem a noção de que a hegemonia americana tem servido muitos interesses estratégicos chineses e estes dois actores têm encontrado bastante espaço para cooperação em matérias económicas, não obstante as muitas divergências a nível político (2005: 6; 43; 91; 266).

Denny Roy, por sua vez, argumenta que a reacção chinesa à liderança mundial americana envolve um misto de subordinação, competição e resistência, dada a actual situação estratégica da RPC: primeiro, apesar de ser uma potência em ascensão, a China tem menos poder que os Estados Unidos, tanto na região da Ásia Oriental como no resto do mundo; segundo, desafia alguns aspectos do *status quo*, pois um mundo multipolar é mais conveniente aos seus interesses; terceiro, olha para os EUA como uma ameaça de segurança potencial (2003: 57). A abordagem apresentada por este segundo grupo de autores demonstra bem que a China e os EUA têm uma relação cheia de ambiguidades, enquanto parceiros inevitáveis e concorrentes acérrimos. Efectivamente, não nos podemos alhear dos laços, quer económico-comerciais quer políticos que têm caracterizado o tom da relação sino-norte-americana. O institucionalismo é útil nesta leitura, porque advoga que a cooperação e a integração político-económica entre Estados podem ser factores de estabilidade nas relações inter-estatais, pois os actores entendem

que as vantagens que retiram destas relações de interdependência são maiores do que as que resultariam de um conflito (Gonçalves, s.d.: 17; 26; ver ainda Doyle, 1995).

Aliada à abordagem institucionalista, a teoria de equilíbrio de poderes é importante para que percebamos o papel que os Estados Unidos desempenham na área de influência chinesa (Paul, 2004: 4-6; Moreira, 1997: 234; ver também Niou et al., 1989; Xian, 2001). A potência emergente que representa a China é um factor potencial de desequilíbrio na zona da Ásia Oriental uma vez que, caso detenha preponderância na região, a RPC irá perseguir os seus interesses com maior assertividade. Assim, a presença militar dos EUA e as suas alianças com outras potências regionais na Ásia têm sido factor de equilíbrio naquele continente já que, sem a presença norte-americana, a RPC exerceria uma hegemonia potencialmente agressiva.

Actualmente, a configuração do Sistema Internacional está em definição. O estatuto de super-potência mundial dos Estados Unidos, conquistado com o final da Guerra Fria, está em declínio, contrastando com a emergência de novas potências, cheias de vigor económico e militar, entre as quais se destaca a RPC, que se afirma na cena internacional, e sobretudo na sua vizinhança próxima, como um actor presente e participativo. Pequim tem procurado transmitir a imagem de actor responsável e multilateral com assento em diversas organizações regionais e internacionais e vários *forae* mundiais<sup>2</sup>. Além disso, desde Deng Xiaoping que a política externa chinesa assenta nas premissas de paz e desenvolvimento e os líderes têm colocado a tónica da sua acção no desenvolvimento interno da China e nos esforços para melhorar o nível de vida da população (Roy, 2003: 65). Nesse sentido, o nacionalismo e o crescimento económico representam os dois pilares centrais de legitimidade da liderança do Partido Comunista Chinês (Zhao, 2006: 135).

A economia chinesa é detentora do melhor desempenho a nível internacional nestas duas últimas décadas: o seu crescimento representa um quarto do crescimento económico mundial (Lardy, 2005). A par deste desempenho económico, assiste-se a um grande esforço de modernização militar por parte do Governo chinês (Mistral, 2006: 340) o orçamento militar da China cresceu em nove anos 165%, apesar de ainda ser inferior ao orçamento americano em termos absolutos. De facto, embora o perfil internacional chinês esteja em franco desenvolvimento, permanece ainda muito aquém do poderio da actual potência mundial (Roy, 2003: 58). Como afirma o Presidente da Reserva Federal Ben Bernanke, os EUA estão à beira de uma recessão económica grave (Público, 2008), mas ainda assim são a única potência na qual a denominação de *hegemon* mundial não é excessiva. A Casa Branca quer continuar a exercer essa hegemonia e para tal considera fundamental a contenção da emergência da China (Mearsheimer, 2004: 3-4). Esse

<sup>2</sup> Importa referir que o compromisso da China com o multilateralismo é vago, pois aceita-o em forma e rejeita-o em essência (Shambaugh, 2001: 28), ou seja, aproveita os seus benefícios mas tende a evitar compromissos prejudiciais aos seus interesses.



objectivo tem sido perseguido de diversas formas, nomeadamente através da reafirmação da aliança com o Japão; da aproximação a outras potências asiáticas, como as Filipinas e Singapura (Ross, 2005: 7); e da tentativa de consolidação da presença na Ásia Oriental (Roy, 2003: 59), por exemplo através do estabelecimento do sistema anti-míssil (Gomes, 2005: 1).

A medida que o seu poderio económico e militar aumenta, ampliam-se também as aspirações regionais da China, que coloca o foco da política externa na sua vizinhança próxima. Consequentemente, os interesses de Pequim na sua área de influência tradicional serão tanto maiores quanto maior for o seu poderio económico-militar. Assim, torna-se relevante perceber se Washington tem ou não conseguido conter Pequim na prossecução dos seus interesses, muitas vezes contrários aos desígnios americanos. Procederemos, então, à análise dos constrangimentos que os EUA têm conseguido impor na abordagem chinesa para com a sua vizinhança, argumentando que a relação de cooperação e competição sino-americana tem sido factor de estabilidade na Ásia Oriental. Depois de analisar as actuais relações políticas e económicas entre estes dois actores, usaremos Taiwan para exemplificar de que forma os EUA têm sido o principal dissuasor da assertividade chinesa na Ásia Oriental, contribuindo assim para a estabilidade no continente asiático.

Durante os primeiros anos da Guerra-Fria (1969-1980), assiste-se a um alinhamento chinês com a posição internacional dos Estados Unidos da América contra a hegemonia soviética na Ásia. De 1981 a 1990, em virtude do crescente apoio da Administração Reagan a Taiwan, a RPC adopta uma postura internacional mais independente dos EUA, mostrando, por um lado, maior disponibilidade para conversações com a então União Soviética e procurando, por outro, uma aproximação aos países do Terceiro Mundo (Sutter, 2006: 39-42). No pós Guerra-Fria, o inimigo comum soviético desaparece. Durante a Administração Clinton, Pequim mostra-se disponível para herdar as responsabilidades norte-americanas na Ásia, contribuindo de forma eficaz para solucionar a crise financeira asiática, assumindo-se regional e internacionalmente como um actor responsável. Em 1998, os Estados Unidos e a China estabelecem uma parceria estratégica, que posteriormente, algo deteriorada pelos incidentes de 1999 – a Guerra no Kosovo e o bombardeamento da Embaixada chinesa em Belgrado. Não obstante, nesta fase o confronto directo parecia improvável pela percepção de ambas as partes dos enormes custos de um conflito (Weber, 2002: 8-9).

Durante a Administração George W. Bush, a anterior parceria estratégica rapidamente se transforma em competição estratégica, sendo a ênfase colocada nas divergências político-normativas entre os dois actores (Ward, 2003: 37). Neste período, os EUA reafirmam os seus compromissos para com a segurança do Estreito da Formosa e consolidam o sistema de segurança na Ásia Oriental, com o propósito de conter a China na região (Weber, 2002: 11). Os acontecimentos do 11 de Setembro vieram alterar o estado das relações sino-americanas

ao abrirem uma janela de oportunidade para a aproximação entre as duas partes. A China prontamente condena o terrorismo internacional e posiciona-se ao lado do povo americano no combate a esta ameaça (Weber, 2002: 23). O apoio da Administração norte-americana à adesão chinesa à Organização Mundial de Comércio, em finais de 2001, ofereceu também um grande impulso na aproximação bilateral (Nolt, 1999: 1).

Actualmente, entre os EUA e a RPC existem grandes laços comerciais e económicos: os EUA são o principal parceiro (Ministry of Foreign Affairs of PRC, 2000) a nível de trocas comerciais e o principal investidor da China (Fung, 2004) e têm um défice comercial favorável à China. Além disso, Pequim detém grande parte dos títulos de dívida norte-americanos, sendo o segundo maior credor de Washington (Department of the Treasury, 2008). Paralelamente, assiste-se a uma ligação cada vez mais estreita entre estes dois actores a nível social: em 1999, 200.000 americanos visitaram a China e a embaixada americana em Pequim atribuiu 214.000 vistos para os EUA (Shambaugh, 2001: 55; ver ainda AmCham-China, 2008: 28). Acresce que a presença dos EUA na Ásia Oriental serve um propósito chinês muito relevante por garantir canais marítimos de comunicação, vitais para o esforço de modernização chinês (Sutter, 2005: 267). Em suma, o crescimento económico chinês tem beneficiado de um ambiente regional relativamente estável proporcionado pelo seu maior adversário que são os EUA (Medeiros, 2005: 146).

Já a relação política da China e dos EUA é pautada por profundas divergências e alguns interesses comuns. Quanto às divergências, podemos apontar a ânsia da modernização militar chinesa como um foco de tensão. Enquanto as autoridades chinesas alegam que esta é defensiva e uma simples reacção ao ambiente internacional cada vez mais inseguro (Chinese Government, 2000), os EUA consideram que esta corrida ao armamento não é completamente inocente e poderá a longo trecho servir interesses chineses mais assertivos (US Department of Defence, 2001: 4; US Department of Defence, 2005: 12). O escudo de defesa anti-míssil desenvolvido na Ásia por Washington também não é bem visto aos olhos de Pequim por representar um meio de contenção por parte da Casa Branca (Feigenbaum, 2001: 39), criando um “cerco de mísseis” na periferia da RPC, servindo de dissuasor a uma potencial atitude ofensiva chinesa. O alargamento da NATO é encarado de igual forma e contestado por Pequim (Roy, 2003: 59). A deriva unilateral da Administração Bush, nomeadamente a invasão do Iraque, também não foi bem recebida por Pequim (Wu, 2004: 115). A “aliança” sino-russa, por seu turno, de carácter anti-hegemónico, é entendida como contrária aos interesses americanos (Nazemroaya, 2007), uma vez que reivindica uma nova ordem internacional, multipolar, sem a supremacia dos Estados Unidos. Isto é visível nos objectivos velados da Organização de Cooperação de Xangai, liderada por Pequim e Moscovo, com intuítos claros de contenção do unilateralismo norte-americano (ver Mendes e Freire, 2008).

Mas no campo político, existe também espaço para cooperação. No regime nuclear internacional ambos entendem a proliferação horizontal como desfavorável e têm colaborado, por exemplo, na contenção da nuclearização da Coreia do Norte e no esforço de enquadrar a Índia e o Paquistão no Tratado de Não Proliferação Nuclear (Shambaugh, 2001: 57). A guerra contra o terrorismo declarada pelos Estados Unidos serviu também de factor de aproximação entre ambos. Para Washington, Pequim representou um aliado importante, com assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Yasuhiro, 2006: 3), na legitimação da investida norte-americana contra o regime talibã no Afeganistão. Para os líderes chineses, isto serviu dois propósitos. Por um lado, Washington passou a ver o terrorismo, e não Pequim, como o maior desafio à sua hegemonia mundial (Roy, 2003: 69). Isto desviou as atenções norte-americanas para outras áreas, levando a um período de *détente* nas relações sino-americanas e facilitando o avanço da presença chinesa em determinadas regiões, nomeadamente na América Latina, zona de tradicional influência dos EUA. Por outro lado, a guerra contra o terrorismo deu à China luz verde ao combate dos *Uighurs*, a minoria muçulmana da província de Xinjiang (Weber, 2002: 23). Esta minoria é conotada oficialmente por Pequim com o terrorismo internacional, mascarando a política de *hanização*, ou seja, de ocupação da região pela etnia Han, vista pelas autoridades centrais como a legítima representante do povo chinês, muito à semelhança do que se passa no Tibete.

A relação sino-americana é repleta de ambiguidades, em que as divergências são muitas vezes ultrapassadas pela necessidade de cooperação, por forma a defender os respectivos interesses nacionais. Pequim, em particular, calcula os seus passos no continente asiático meticulosamente, por um lado, para não alarmar Washington e, por outro, para não comprometer os interesses chineses no continente. Assim, a estabilidade na Ásia é garantida por esta relação bilateral de duas formas: através da cooperação, que gera interdependência, anulando com as suas vantagens as diferenças entre ambos, o que torna os custos de um confronto entre as partes proibitivo, como advoga o institucionalismo (Gonçalves s.d.: 17; 26; ver ainda Crawford, 2000); e por meio do equilíbrio de poderes que a presença norte-americana representa na vizinhança chinesa, quer através da sua comparência militar na região, quer por meio das suas alianças com potências regionais, como o Japão e a Coreia do Sul. No entanto, a capacidade que os EUA têm de efectuar pressão ou de influenciar a política interna de Pequim é bastante modesta.

Abordar as relações sino-americanas implica considerar o conflito no Estreito de Taiwan, fruto da conturbada história da ilha Formosa, cedida em 1895 pelo debilitado Império Chinês ao Japão, segundo as deliberações do Tratado de Shimonoseki, ratificado no seguimento da derrota chinesa na primeira guerra sino-japonesa. Durante a liderança japonesa assiste-se a um duplo esforço nipónico de desenvolver a economia da ilha e, simultaneamente, de a japonizar. Finda a II Guerra Mundial, Taiwan regressa para a liderança da China continental e, com a vitória do Partido Comunista, encabeçado por Mao Tsé-tung, na guerra

civil chinesa, recebe os refugiados nacionalistas, liderados por Chiang Kai-shek (Bureau of East Asian and Pacific Affairs, 2008).

Em 1954, os EUA, que tinham apoiado o Partido Nacionalista durante a guerra civil, assinam com Taiwan o Tratado de Defesa Mútua cujos principais objectivos passavam pela manutenção da segurança no Estreito e impedir a sua invasão pelo exército da República Popular da China (Taiwan Documents Project, s.d). Em 1971, a RPC substitui Taiwan nas Nações Unidas, tornando-se a representante oficial da China na organização. Consequentemente, muitos Estados transferem o seu reconhecimento diplomático oficial de Taipé para Pequim, como foi o caso dos EUA no ano de 1979 (Bureau of East Asian and Pacific Affairs, 2008). Neste ano, o Tratado de Defesa Mútua caduca e é substituído pelo *Taiwan Relations Act*, que vai oferecer um enquadramento legal aos grandes interesses comerciais e securitários dos EUA na ilha (Yates, 1999).

Para Pequim, vigora o princípio de “China única”, que considera que Taipé pertence à China continental (Embaixada da RPC nos EUA, s.d.). Já Taiwan considera-se um Estado soberano e independente, fazendo-se até representar em algumas Organizações Internacionais, como por exemplo na *Ásia-Pacific Economic Cooperation* e na Organização Mundial de Comércio (Government Information Office, 2007). Taiwan é *de facto* um Estado independente; o que está em causa é um reconhecimento *de jure* por parte da China e a nível internacional (Mendes, 2004: 296). A posição oficial dos EUA é de se opor a qualquer alteração unilateral do *status quo*, pretendendo que a questão seja solucionada pela via pacífica (Keith, 2005). O interesse norte-americano prende-se com matérias de reputação na região, protecção da democracia taiwanesa e com a coesão das alianças regionais em que os EUA estão envolvidos (Ross, 2005: 9). Acresce a isto o facto dos EUA serem o principal fornecedor de armas a Taiwan<sup>3</sup> (Kane, 2008: 2) e da existência de relações económicas bastante significativas entre as partes (American Institute in Taiwan, 2006).

Para os interesses norte-americanos na região da Ásia Oriental é irrelevante a independência ou a reunificação de Taiwan (Tucker, 2002: 15). A grande preocupação de Washington é evitar intervir num conflito armado ao lado de Taiwan e contra a RPC,<sup>4</sup> defendendo a resolução pacífica da questão. Segundo o ex-Secretário de Estado norte-americano James Baker, os EUA têm seguido uma “política de ambiguidade”, onde não especificam qual será a sua conduta no caso de declaração de independência de Taiwan ou intervenção armada chinesa, colocando a tónica na resolução pacífica do conflito (Taipé Times, 2007). Com esta posição, os EUA exercem pressão e dissuadem as duas partes que, perante a

<sup>3</sup> Em 2001, a Administração Bush vendeu a Taipé um pacote de armas sem paralelo desde 1979, como forma de enviar um claro sinal a Pequim de reafirmação do empenho norte-americano para com a defesa do Estreito (Ross, 2005: 10)

<sup>4</sup> Ao abrigo do *Taiwan Relations Act* - 1979 (US Department of State, 1979)

incerteza da resposta americana, se retraem quanto a meios assertivos de resolução da contenda.

Já os interesses chineses estão relacionados sobretudo com questões nacionalistas: Taiwan representa para a RPC o último símbolo de um século de humilhações de que foi alvo por parte de potências estrangeiras, o que, tal como se verificou com a recuperação de Hong Kong e Macau, torna a reunificação da ilha como uma missão sagrada (Weber, 2002: 18). Assim, a posição oficial da RPC, está expressa no artigo 8.º da Lei anti-secessão e mostra quão sensível é a reunificação da ilha para o Governo chinês, que prevê, explicitamente, a possibilidade de intervenção armada para recuperar a Formosa, no caso da sua declaração unilateral de independência:

*Article 8: In the event that the "Taiwan independence" secessionist forces should act under any name or by any means to cause the fact of Taiwan's secession from China (...) the state shall employ non-peaceful means and other necessary measures to protect China's sovereignty and territorial integrity (China.Org, 2005).*

Embora a integração política seja incipiente, verifica-se uma forte ligação económica, já que Taiwan e a China continental são grandes parceiros comerciais<sup>5</sup>. Este intenso relacionamento económico e comercial é promovido pelas autoridades chinesas, procurando a aproximação sem recorrer ao uso da força. Pequim considera que o tempo está do seu lado, permitindo-lhe atingir superioridade militar e uma eventual evolução favorável da posição dos Estados Unidos e do Japão (Mendes, 2008: 109).

A China considera os EUA como o principal obstáculo à reunificação de Taiwan, já que a ilha não possui efectivamente capacidade de impedir um ataque da China (Cordesman e Kleiber, 2006: 50-52) sem o apoio norte-americano. Este apoio faz com que as autoridades chinesas se abstenham de adoptar atitudes assertivas por vários motivos. Primeiro, uma declaração de guerra a Taiwan poderia implicar o confronto militar directo com os EUA. As perdas quer económicas, quer políticas que acarretaria uma guerra com Washington, levam Pequim a retrair-se de adoptar atitudes de força face a Taipé. Segundo, deste conflito resultaria uma possível derrota das tropas da RPC, dada a superioridade militar dos EUA (IISS, 2003/2004: 18-28; 152-155), apoiados pelos seus aliados na região, como o Japão<sup>6</sup>. Terceiro, a capitulação da China daria a sentença de morte do regime e do Partido Comunista Chinês, uma vez que abalaria os dois pilares de sustentação do regime: o desenvolvimento económico, uma vez que os EUA

colocariam à China restrições de acesso aos mercados internacionais, e o nacionalismo, devido à impossibilidade de manter o slogan da "China Única" (Carriço, 2005: 166). A independência de Taiwan iria ainda criar um poderoso precedente para outras causas secessionistas presentes na China como a do Tibete e do Xinjiang (Ross, 2002: 55).

Para garantir a estabilidade política interna, os líderes chineses recorrem sobretudo ao nacionalismo. Assim, sem a presença dos Estados Unidos na região e sem o compromisso de defesa que estes estabeleceram com Taiwan, a China deteria a hegemonia regional e a sua conduta para com um ponto nevrálgico do nacionalismo, como é o caso da política de reunificação nacional, seria certamente mais ofensiva. Washington representa um factor de equilíbrio de poderes, sem o qual Pequim dominaria a região de forma bem mais assertiva.

Em suma, analisámos a relação bilateral entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América na actualidade, nas suas várias dimensões, questionando de que forma as dinâmicas deste relacionamento contribuem para a estabilidade na Ásia Oriental. A análise foi feita através da dupla grelha teórica do institucionalismo e do equilíbrio de poderes e usou Taiwan como estudo de caso, permitindo analisar a relação bilateral num contexto específico onde a China e os EUA têm interesses não coincidentes. Esta dupla abordagem teórica permitiu entender que a assertividade chinesa na Ásia é moderada por duas vias: pelos ganhos da interdependência entre as partes; e pelo equilíbrio de poderes que os EUA estabeleceram na região, como meio de contrabalançar a supremacia chinesa. Historicamente, os acontecimentos revelam que entre os Estados Unidos e a China nunca existiu uma aliança, já que as duas potências sempre se perceberam como potenciais adversários, mesmo nas fases em que o tom das suas conversações se mostrou mais ameno. No entanto, o potencial de conflito gerado pelas divergências existentes entre os dois actores tem sido anulado pela interdependência derivada da existência de muitos interesses comuns. Da mesma forma, as diferenças entre os dois impedem que a convergência de interesses resulte numa maior proximidade.

Esta coexistência entre competição e interdependência na relação sino-americana têm permitido a manutenção do *status quo* na Ásia Oriental. Podemos então concluir que: a competição e cooperação política e económica entre os dois actores têm dissuadido os apetites hegemónicos chineses na Ásia Oriental, contribuindo assim para a estabilidade na região; embora Pequim pretenda substituir a influência exercida por Washington na sua vizinhança, (ainda) não está em condições de o fazer; e a atitude chinesa no caso de Taiwan é influenciada por este jogo de forças e pela interdependência com os Estados Unidos. As dinâmicas da relação sino-americana são, então, garante de estabilidade na região da Ásia Oriental.

<sup>5</sup> Em 2006, o volume de transacções foi na ordem dos 116 14 milhares de milhões de dólares (Government Information Office, 2007) e, no primeiro semestre de 2006, Taipé investiu 2 88 milhares de milhões de dólares no continente (Nystedt, 2006).

<sup>6</sup> *Defence Guidelines* (1996) acordadas entre Tóquio e Washington prevêm a possibilidade do acordo de segurança estabelecido entre as duas partes abranger a área da periferia japonesa (MNE-Japão, 1996)



## Bibliografia

- AmCham-China (The American Chamber of Commerce of People's Republic of China) (2008) "White Paper on American Business in China". The American Chamber of Commerce of People's Republic of China, <http://www.amcham-china.org.cn/amcham/show/content.php?id=3159&menuid=&submid=> [27 de Abril de 2008].
- American Institute in Taiwan (2006) "Taiwan's Economy and U.S.-Taiwan Economic Relations". American Institute in Taiwan, <http://www.ait.org.tw/en/economics/default.asp> [30 de Março de 2008].
- Bureau of East Asian and Pacific Affairs (2008) "Background Note: Taiwan". U.S. Department of State, <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35855.htm> [19 de Março de 2008].
- Carriço, Alexandre (2005) "Dissuasão no Estreito de Taiwan: 2004-2010". *Nação e Defesa*, 110 (3), 129-166.
- China.Org (2005) "Full Text of Anti-Secession Law". China.Org, <http://www.china.org.cn/english/20051h/122724.htm> [13 de Abril de 2008].
- Chinese Government (2000), "China's National Defense in 2000". Chinese Government, [http://english.gov.cn/official/2005-07/27/content\\_17524.htm](http://english.gov.cn/official/2005-07/27/content_17524.htm) [30 de Abril de 2008].
- Cordesman, Anthony H.; Kleiber, Martin (2006) "The Asian Conventional Military Balance in 2006: Total and Sub-Regional Balances: Northeast Asia, Southeast Asia, and South Asia". Center for Strategic and International Studies, [http://www.csis.org/media/isis/pubs/060626\\_asia\\_balance.pdf](http://www.csis.org/media/isis/pubs/060626_asia_balance.pdf) [19 de Abril de 2008].
- Crawford, Robert M. (2000) *Idealism and Realism in International Relations: Beyond the Discipline*. Londres: Routledge.
- Department of the Treasury (2008) "Major Foreign Holders of Treasury Securities". Department of the Treasury/Federal Reserve Board, <http://www.treas.gov/tic/mfh.txt> [20 de Março de 2008].
- Doyle, Michael W. (1995) "Liberalism and the End of the Cold War" in Lebow, Richard Ned; Risse-Kappen, Thomas (eds) *International Relations Theory and the End of Cold War*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Embaixada da RPC nos EUA (s.d.) "White Paper--The One-China Principle and the Taiwan Issue". Embassy of PRC in the USA, <http://www.china-embassy.org/eng/zl/twwt/White%20Papers/t36705.htm> [10 de Março de 2008].
- Feigenbaum, Evan A. (2001) "China's Challenge to Pax Americana". *Washington Quarterly*, 24 (3), 31-43.
- Fung, K.C. (2004) "United States Direct Investment in China". Hong Kong Trade Development Council, <http://www.hktcdc.com/econforum/hkcer/hkcer041001.htm> [15 de Abril de 2008].
- Gomes, Vera Cândida Pinto (2005) "A (Des)Ilusão do Sistema Anti-Míssil Americano". CIARI, [http://www.ciari.org/investigacao/a\\_desilusao\\_do\\_sistema\\_antimissil\\_eua.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/a_desilusao_do_sistema_antimissil_eua.pdf) [12 de Abril de 2008].
- Gonçalves, Williams (s.d.) "Relações Internacionais". Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata, [http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos\\_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf) [13 de Março de 2008].
- Government Information Office (2007) "Taiwan-China Relations". Government Information Office: Republic of China, <http://www.gio.gov.tw/taiwan-website/5-gp/yearbook/07taiwan-china%20relations.html> [21 de Abril de 2008].
- IISS (International Institute for Strategic Studies) (2003/2004) *The Military Balance*. Londres: Oxford University Press.
- Kane, Shirley (2008) "CRS Report for Congress: Taiwan: Major U.S. Arms Sales since 1990". Federation of American Scientists, <http://www.fas.org/sgp/crs/weapons/RL30957.pdf>, [30 de Março de 2008].
- Keith, James R. (2005) "U.S. Relations with China and Taiwan". US Department of State, <http://www.state.gov/p/eap/rls/rm/2005/53266.htm> [22 de Abril de 2008].
- Lardy, Nicholas R. (2003) "The Economic Rise of China: Threat or Opportunity?". Federal Reserve Bank of Cleveland, <http://www.clevelandfed.org/Research/Commentary/2003/0801.pdf> [30 de Março de 2008].
- Mendes, Carmen A. (2004) "O Conflito sobre o Estreito de Taiwan: Uma China, Uma Nação, Dois Lados?". in Gonçalves, Arnaldo, *O Diálogo Europa – China – Ásia - Pacífico: Desafios e Turbulências no Século XXI*, Magno Edições, Leiria, 2004, pp. 175-197.
- Mendes, Carmen A. (2008) "National Motives, Approaches and Goals of China's Foreign Policy", in Tomé, Luis, ed., *East Asia Today*, EDIUAL, Prefácio, Lisboa, pp. 107-118.
- Mendes, Carmen A. e Freire, Maria R. (2008) "A Organização de Cooperação de Xangai como Instrumento Geopolítico Sino-Russo na Ásia Central", *Geopolítica*, N°2, Centro Português de Geopolítica, Aveiro, Junho, pp. 207-235.
- Mearsheimer, Jonh (2004) "Can China Rise Peacefully: Why China's Rise Will Not be Peaceful". <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0034b.pdf> [5 de Março de 2008].
- Medeiros, Evan S. (2005) "Strategic Hedging and the Future of Asia-Pacific Stability". *Washington Quarterly*, 29 (1), 145-167.
- Ministry of Foreign Affairs of PRC (2000) "Bilateral Trade and Economic Relations and Technological Cooperation". Ministry of Foreign Affairs of PRC, <http://www.chinaembassy-canada.org/eng/wjzb/zjg/bmdyzs/gjlb/3432/3433/t17098.htm> [16 de Março de 2008].
- Mistral, Jacques (2006) "Chine/États-Unis, une Relation sous Tensions". *Politique Étrangère*, 2, 335-348.
- MNE-RPC (Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China) (2000) "Bilateral Trade and Economic Relations and Technological Cooperation" Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, <http://www.chinaembassy-canada.org/eng/wjzb/zjg/bmdyzs/gjlb/3432/3433/t17098.htm> [16 de Março de 2008].
- MNE-Japão (Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão) (1996) "Japan-U.S. Joint Declaration on Security: Alliance for the 21st Century". Ministry of Foreign Affairs of Japan, <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/security/security.html> [30 de Março de 2008].
- Morais, Henrique (2006) "A China no Dealbar do Novo Milénio" *Política Internacional*, 30.
- Moreira, Adriano (1997) *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Nazemroaya, Mahdí Darius (2007) "The Sino-Russian Alliance: Challenging America's Ambitions in Eurasia". Global Research, <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=6688> [1 de Abril de 2008].
- Niou, Emerson M. S. et al. (1989) *The Balance of Power: Stability in International System*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nolt, James H. (1999) "China in the WTO: The Debate". *Foreign Policy in Focus*, <http://www.fpiif.org/pdf/vol4/38ifchin.pdf> [10 de Abril de 2008].
- Nystedt, Dan (2006) "Taiwan Investment to China up 46% in 2006". *InfoWorld*, [http://www.infoworld.com/article/06/06/21/79482\\_HNtaiwaninvestchina\\_1.html](http://www.infoworld.com/article/06/06/21/79482_HNtaiwaninvestchina_1.html) [28 de Abril de 2008].
- Paul, T.V. (2004) "Introduction: The Enduring Axioms of Balance of Power Theory and their Contemporary Relevance" in Paul, T.V. et al (ed.) *Balance of Power: Theory and Practice in the 21st Century*. Palo Alto: Stanford University Press.
- Público (2008) "Ben Bernanke Admite Risco de Recessão dos EUA". *Público*, <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1324574> [14 de Abril de 2008].
- Republic of China. *Taiwan Documents Project*, <http://www.taiwandocuments.org/mutual01.htm> [29 de Março de 2008].
- Ross, Robert S. (2002) "Navigating the Taiwan Strait: Deterrence, Escalation Dominance and U.S.-China Relations". *International Security*, 27 (2), 48-85.



- Koss, Robert S. (2005) "A Realist Policy for Managing the US-China Competition". The Stanley Foundation, <http://stanleyfdn.org/publications/pab/pab05china.pdf> [25 de Fevereiro de 2008].
- Roy, Denny (2003) "China's Reaction to American Predominance". *Survival*, 45 (3), 57-78.
- Shambaugh, David (2001) "Facing Reality in China Policy". *Foreign Affairs*, 80 (1), 50-64.
- Sutter, Robert G. (2005) *China's China's Rise in Asia: Promises and Perils*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Taipei Times (2007) "James Baker Urges Retention of Strategic Ambiguity". *Taipei Times*, <http://www.taipetimes.com/News/taiwan/archives/2007/06/07/2003364182> [30 de Março de 2008].
- Taiwan Documents Project (s.d) "Mutual Defense Treaty between the United States of America and the Republic of China". Taiwan Documents Project, <http://www.taiwandocuments.org/mutual01.htm> [29 de Março de 2008].
- Tucker, Nancy Bernkopf (2002) "If Taiwan Chooses Unification, Should the United States Care?". *Washington Quarterly*, 25 (3), 15-28.
- US Department of Defense (2001) "Quadrennial Defense Review Report". US Department of Defense, <http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/qdr2001.pdf> [20 de Abril de 2008].
- US Department of Defense (2005) "Annual Report to Congress: The Military Power of the People's Republic of China". US Department of Defense, <http://www.defenselink.mil/news/Jul2005/d20050719china.pdf> [29 de Março de 2008].
- US Department of State (1979) "Taiwan Relations Act". US Department of State, [http://usinfo.state.gov/eap/Archive\\_Index/Taiwan\\_Relations\\_Act.html](http://usinfo.state.gov/eap/Archive_Index/Taiwan_Relations_Act.html) [15 de Abril de 2008].
- Ward, Adam (2003) "China and America: Trouble Ahead". *Survival*, 45 (3), 35-56.
- Weber, Maria (2002) "US-China: New Balance of Power in East Asia after September 11". Instituto per gli Studi di Politica Internazionale, [http://www.ispionline.it/it/documents/gw\\_22\\_completo.pdf](http://www.ispionline.it/it/documents/gw_22_completo.pdf) [5 de Março de 2008].
- Wu, Xinbo (2004) "The Promise and Limitations of Sino-U.S. Partnership". *Washington Quarterly*, 27 (4), 115-126.
- Xian, Beijian (2000/2003) "Security Dilemma, Balance of Power Vs. Policy Towards China in the Post-Cold War Era". U.S.-China Economic and Security Review Commission, [http://www.uscc.gov/researchpapers/2000\\_2003/pdfs/secur.pdf](http://www.uscc.gov/researchpapers/2000_2003/pdfs/secur.pdf) [12 de Março de 2008].
- Xiang, Lanxin (2001) "Washington's Misguided China Policy". *Survival*, 43 (3), 7-22.
- Yasuhiro, Matsuda (2006) "Structural Changes in US-China-Taiwan Relations", *The National Institute for Defense Studies News*, <http://www.nids.go.jp/english/dissemination/briefing/2006/pdf/103.pdf> [16 de Abril de 2008].
- Yates, Stephen J. (1999) "The Taiwan Relations Act After 20 Years: Keys to Past and Future Success". The Heritage Foundation, <http://www.heritage.org/research/asiaandthepacific/BG1272.cfm> [3 de Março de 2008].
- Zhao, Suisheng (2006) "China's Pragmatic Nationalism: Is It Manageable?". *The Washington Quarterly*, 29 (1), 131-144.

*AMEAÇAS COMUNS COLOCADAS POR GRUPOS  
DAWA E JIHAD: O COMBATE ÀS DISTORÇÕES RELIGIOSAS*

*Francisco Jorge Gonçalves*

SUMARIO .....

A LINGUA E O CONCEITO ESTRATEGICO PORTUGUÊS .....  
*Prof. Doutor Adriano Moreira*

O INSTRUMENTO MILITAR NO ACTUAL CONTEXTO ESTRATEGICO .....  
*António José Fernandes de Oliveira*

Resumo .....

Palavras-Chave .....

Lista de abreviaturas e acrónimos .....

1. Introdução ..... 1

2. O actual contexto estratégico .....

a. A conflitualidade no pós Guerra-fria .....

b. A privatização da violência armada – os novos actores .....

c. Guerra convencional versus a assimetria .....

d. Os conflitos armados na actualidade .....

3. O Poder e os seus instrumentos .....

a. O Poder .....

b. Os instrumentos do Poder .....

c. A utilização dos instrumentos do Poder .....

4. O emprego do instrumento militar .....

a. O Poder militar .....

b. O declínio do Poder militar? .....

c. A importância do instrumento militar na actualidade .....

d. O emprego da força militar .....

5. Conclusões .....

Bibliografia .....

PORQUE É QUE OS CRIMINOSOS E OS TERRORISTAS TENDEM A ORGANIZAR-SE EM REDE? .....  
*António Luís Beja Eugénio*

Uma Rede de Redes: o Sistema Internacional .....

Caracterização das Redes .....

A Explicação Estrutural .....	58
A Explicação Sistémica .....	59
Vantagens da Organização em Rede .....	60
Bibliografia .....	61
<b>AS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS .....</b>	<b>63</b>
<i>António Pedro Vieira da Silva Cordeiro de Menezes</i>	
Agradecimentos .....	65
Resumo .....	65
Palavras-chave .....	67
Lista abreviaturas .....	67
1. Introdução .....	69
2. Empresas Militares Privadas .....	72
a. Enquadramento histórico .....	72
b. Empresas Militares Privadas ou mercenários? .....	75
c. As estruturas empresariais .....	76
d. As razões da privatização do sector da segurança .....	78
(1) Privatização de funções do Estado .....	78
(2) O fim da Guerra Fria .....	79
(3) O pós-11 de Setembro .....	81
e. Tipologia das EMP .....	82
3. Os efeitos do mercado militar privado .....	84
a. A Segurança Internacional .....	84
(1) Poder, um bem fungível .....	84
(2) A dinâmica do mercado e o equilíbrio de poder .....	85
(3) O padrão das alianças .....	86
(4) Proxies dos governos Ocidentais .....	87
(5) O Empowerment dos actores não Estatais .....	87
(6) O lucro com a paz? .....	88
b. Quadro normativo .....	90
(1) Legislação doméstica .....	91
(2) Legislação internacional .....	95
c. O study case da Blackwater USA .....	96
(1) Ligações políticas .....	97
(2) As operações nos EUA .....	98
(3) As operações no Estrangeiro .....	99
4. Uma visão prospectiva .....	100
a. O futuro do mercado militar privado .....	100
b. A possível evolução normativa .....	103
5. Conclusões .....	106
Referências Bibliográficas .....	109
Apêndices	
Apêndice 1. O futuro do mercado militar privado .....	114
Apêndice 2. Executive Outcomes .....	116

Apêndice 3. Tipologia das EMP .....	1
1. Military Provider Firms .....	1
2. As operações nos EUA .....	1
3. As operações no Estrangeiro .....	1

AS DINÂMICAS DO RELACIONAMENTO SINO-AMERICANO COMO GARANTIA DA ESTABILIDADE NA ÁSIA .....	1
<i>Carmen Amado Mendes e Sofia Gaspar</i>	

AMEAÇAS COMUNS COLOCADAS POR GRUPOS <i>DAWA</i> E <i>JIHAD</i> : O COMBATE AS DISTORÇÕES RELIGIOSAS .....	1
<i>Francisco Jorge A. P. C. Gonçalves</i>	
1. Introdução .....	1
2. A interpretação correcta do Corão: o contexto da revelação dos versos .....	1
3. O mito do Estado Islâmico como pressuposto para a implementação da Xária ...	1
4. O mito da Xária como sistema totalizante e corolário da Tawhid .....	1
4. A Jihad: o esforço do crente transformado em pura actividade bélica .....	1
5. O suicídio como sinónimo de martírio ao serviço da Jihad .....	1
6. A importância do combate às distorções religiosas .....	1
8. Conclusões .....	1
Bibliografia .....	1

EUROPEAN UNION PARTNERS – NATO .....	1
<i>Francisco Proença Garcia</i>	
Introduction .....	1
1. NATO-EU strategic partnership .....	1
2. Cooperation in the field – Operations .....	1
3. Cooperation in the Field – Capabilities .....	1
4. A possible future .....	1
Some conclusions .....	1
Sources .....	1

O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA: O CASO PORTUGUÊS .....	1
<i>Hermínio Joaquim de Matos</i>	
Introdução .....	1
Objectivo .....	1
Questão Central e Questões Derivadas .....	1
Objectivos Específicos .....	1
Metodologia .....	1
Enquadramento .....	1

<b>Capítulo I</b>	
1. Perspectiva Histórica da Actividade de Informações em Portugal .....	186
1.1. Serviços de Informações no pós-25 de Abril: Processo lento ou retardado? .....	192
1.2. Estrutura e dependência dos Serviços de Informações em Portugal: contexto actual .....	195
<b>Capítulo II</b>	
2. O Terrorismo .....	200
2.1. Contexto e Especificidade da Ameaça .....	200
2.2. A Ameaça no Contexto Europeu .....	208
2.2.1. A Ameaça em território Nacional .....	210
2.3. Terrorismo islâmico: uma outra forma de representação trágica? ..	213
2.4. Ciberterrorismo: Considerações para uma Estratégia de Ciberdefesa Nacional .....	214
2.4.1. As Ciberameaças: Ciberterrorismo e Ciberdefesa .....	215
2.4.2. Internet: vulnerabilidades de um espaço proxémico .....	220
<b>Capítulo III</b>	
3. O Sistema de Segurança Interna Português .....	222
3.1. Modelo actual e a nova Lei de Segurança Interna .....	222
3.2. Outros Modelos de Segurança Interna: Uma Aproximação Comparativa .....	226
3.2.1. O Sistema de Segurança Interna espanhol .....	226
3.3. O Contraterrorismo .....	232
3.3.1. Serviços de Informações: actividade “inteligente”? .....	232
<b>Capítulo IV</b>	
4. Conclusões .....	235
Bibliografia e fontes .....	239
ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A GESTÃO DE COMPETÊNCIAS .....	247
<i>João Sousa Mendes e Manuela Sarmento</i>	
Resumo .....	249
1. Introdução .....	250
2. Conceitos .....	250
3. Conhecimento e Habilidades .....	259
4. Comunidades de Prática .....	262
5. Competências Emocionais .....	264
6. Conclusões .....	269
Bibliografia .....	270
“BEYOND-THE-BOX” THINKING ON FUTURE WAR: THE ART AND SCIENCE OF UNRESTRICTED WARFARE .....	273
<i>João Vicente</i>	
1. Introduction .....	275

2. Framing the Problem: Exploring the Drivers of Future Warfare .....	
2.1. The New American Way of War .....	
2.2. Glimpses of Tomorrow .....	
3. The Art and Science of Unrestricted Warfare .....	
3.1. Conceptual Foundations .....	
3.2. Dynamics and Strategic Principles .....	
3.2.1. Aims and Allegiance of the Belligerents .....	
3.2.2. Battlefield Ubiquity .....	
3.2.3. The Super-empowered Individual .....	
3.2.4. Expanded Target Sets .....	
3.2.5. Fluid Operational Methods and ‘New Concepts of Weapons’ .....	
3.3. From Promise to Reality .....	
4. Strategic Implications of Unrestricted Warfare .....	
4.1. Legal and Moral Dilemmas .....	
4.2. Civilianization of War .....	
4.3. Living in a Risk Society .....	
5. Recommendations .....	
6. Conclusion .....	
Appendix .....	
Bibliography .....	

A MANOBRA DA CONTRA-SUBVERSÃO NA PERSPECTIVA DE FORÇAS TERRESTRES  
COM A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DE PORTUGAL .....

*José Luís Pinto Ramalho*

Factores Dominantes da Nova Conflitualidade .....
O Novo Ambiente Operacional .....
Os desafios e capacidades de resposta da Componente Terrestre face ao Novo Ambiente Operacional .....
A posição do Exército Português face ao Novo Ambiente Operacional .....
Considerações Finais .....

RELAÇÕES PORTUGAL-CHINA – UM PASSADO, UM PRESENTE, UM DESAFIO PARA O FUTURO .....

*José Manuel Duarte de Jesus*

Séculos de entendimento mútuo .....
Um presente de respeito e amizade .....
Um desafio para o futuro .....

ESTRATÉGIA AMERICANA PARA ÁFRICA: A IMPORTÂNCIA DO GOLFO DA GUINE .....

*Luís Carlos Falcão Escorrega*

Introdução .....
1. Do contexto estratégico .....
1.1. O Golfo da Guiné .....
1.2. Os factores de instabilidade .....
1.3. Os recursos naturais: a importância estratégica do “petro-factor” .....



2. Da política e da estratégia americana para África .....	351
2.1. Interesses estratégicos americanos em África .....	351
2.1.1. Petróleo e comércio global .....	352
2.1.2. Segurança marítima .....	353
2.1.3. Conflitos armados .....	353
2.1.4. Terrorismo .....	353
2.1.5. VIH/SIDA .....	354
2.2. Interesses americanos na região do Golfo da Guiné .....	354
2.3. Métodos (ways) e meios (means) da estratégia americana .....	356
2.3.1. Domínio da segurança .....	357
2.3.2. Domínio do comércio e investimento .....	359
2.3.3. Domínio da saúde e o desenvolvimento social .....	359
Conclusão .....	360
Lista de siglas e abreviaturas .....	362
Referências bibliográficas .....	363
O PODER NA RELAÇÃO EXTERNA DO ESTADO. A EQUAÇÃO DE CLINE .....	365
<i>Luis Fontoura</i>	
POLICIA JUDICIÁRIA: UMA POLICIA COM PASSADO, PREPARADA PARA O FUTURO .....	399
<i>Pedro Carmo</i>	
INFORMAÇÕES E SEGURANÇA PÚBLICA .....	409
<i>Pedro Clemente</i>	
O PAPEL DOS BRIC NA CONSTRUÇÃO DA NOVA ORDEM MUNDIAL .....	423
<i>Tiago Vasconcelos</i>	
Resumo .....	425
Palavras-Chave .....	426
Lista de Abreviaturas .....	426
1. Introdução .....	428
2. Alguns problemas da ordem mundial .....	431
a. Despertar político global: Expectativas e potencial de frustração .....	431
b. Segurança energética e alterações climáticas .....	432
c. Interligação dos problemas .....	435
d. Hipóteses de guerra .....	436
e. Síntese conclusiva .....	438
3. Os BRIC: parte do problema ou parte da solução? .....	438
a. A diversidade dos BRIC e a sua posição na hierarquia do poder mundial .....	438
b. Constrangimentos à ascensão dos BRIC .....	441
c. Alguns aspectos dos contextos regionais de cada um dos BRIC .....	442
d. As escolhas com que os BRIC estão confrontados .....	446
e. Síntese conclusiva .....	448

4. Multilateralismo: solução do problema? .....	
a. Conformação dos BRIC com a ordem internacional .....	
b. O cenário quase ideal do multilateralismo eficaz .....	
c. O cenário da desordem mundial .....	
d. A construção de um multilateralismo eficaz .....	
e. Síntese conclusiva .....	
5. Conclusões .....	
a. Resposta à questão central .....	
b. Portugal e o crescimento dos BRIC .....	
(1) A circunstância portuguesa .....	
(2) A gestão das interdependências .....	
(3) Riscos e oportunidades .....	

Bibliografia .....	
Apêndices .....	
Apêndice I – Glossário de Termos e Conceitos .....	
Apêndice II – Indicadores de poder, Indicadores de desenvolvimento e Estrutura do comércio externo dos BRIC .....	
Apêndice III – Matriz conceptual do TII .....	

ORIGEM DO NACIONALISMO ANTI-COLONIAL EM ANGOLA: DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL A DÉCADA DE 1950 .....

*Zeferino Capoco*

Breve Introdução .....	
1. Confronto de ideias em torno do conceito de nacionalismo .....	
1.1. Nacionalismo como ideologia política .....	
2. Os nacionalismos europeus como fundamento do nacionalismo anti-colonial .....	
2.1. O protonacionalismo angolano e a génese do anti-colonialismo .....	
3. Os anos da formação do movimento nacionalista angolano .....	
3.1. Um nacionalismo branco? .....	
3.2. As primeiras elites de intelectuais e a formação da consciência da angolidade .....	
3.3. Incursões dos nacionalistas angolanos em Portugal e na diáspora .....	
À Guisa de Conclusão .....	
Bibliografia .....	